

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

Organizadores

Jorge Fernandes Alves

Pedro Vilas-Boas Tavares

Porto, FLUP, 2020

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto I Conferências

ORGANIZAÇÃO: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2021

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL:

ISBN: 978-989-8969-74-3

ISSN: 1646-1525

DA REPÚBLICA NOVA À REPÚBLICA VELHA: ROTEIRO INTERPRETATIVO DA TURBULÊNCIA POLÍTICA DE 1919

ACERCA DO TÍTULO...

Os organizadores do ciclo de conferências devotado ao tema do Centenário da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto consideraram necessária uma palestra sobre o enquadramento histórico da conjuntura política em que essa oferta formativa surgiu na cidade invicta e berço da tentativa frustrada de implantação da República em 31 de janeiro de 1891. A proposta fiou fixada num título que se mantém, nesta versão publicada. No entanto, quem assumiu a tarefa, sem desprezar a incumbência, deixou-se conduzir por um outro trilho complementar à crise da 1.^a República, gerada durante o período de participação ativa de Portugal na Grande Guerra (1914-18): espanejar a hipótese¹ de as circunstâncias específicas subsequentes à tentativa falhada da restauração monárquica, em fevereiro de 1919, terem propiciado a concretização de um projeto que foi incubado no movimento da *Renascença Portuguesa* no Porto, no início da década e em que pontificou o filósofo, pedagogo e político republicano, Leonardo Coimbra (1883-1936). A hipótese, assim formulada, torna mais aceitável e plausível a ideia de uma relação direta entre a Monarquia do Norte e a criação da Faculdade de Letras. A relação cronológica existiu e a extinção da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo Governo republicano, saído da vitória sobre a insurreição monárquica, causou a replicação dessa Faculdade na Universidade do Porto. E a

¹ Hipótese partilhada claramente por MARTINS, Guilherme d’Oliveira (2020) - No centenário da Faculdade de Letras do Porto. In *Colóquio Internacional: As Letras entre a Tradição e a Inovação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, p. 13-17.

busca de causalidades diretas fica, objetivamente, por aqui... Talvez se possa ainda admitir que a instalação no Porto, durante cerca de um mês, da governação monárquica assustou as forças republicanas e as sensibilizou, uma vez de novo no controlo do Poder em todo o país, a insuflar, no meio portuense e nortenho, uma oxigenação republicana. Este argumento parece-nos, porém, demasiado frágil...

A aposta vai ser, pois, em recordar a atribulada trajetória da 1.^a República até ao início de 1919, com a sinopse dos acontecimentos que ameaçaram diretamente a sobrevivência do regime republicano e, em seguida, estabelecer, como hipótese passível de posterior demonstração cabal, o elo estreito entre a *Renascença Portuguesa* e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto no cerne do qual emerge Leonardo Coimbra.

ANOS DE ESPERANÇA E DE TURBULÊNCIA (1910-1919)

A 5 de outubro de 1910 concretizou-se, finalmente, a revolução republicana em Portugal, desencadeada com o decisivo apoio de muitos civis e carbonários recrutados entre os marujos, os sargentos, os caixeiros e os populares dos bairros pobres da capital. Após momentos dramáticos de incerteza e de desânimo, a sorte das armas decidiu-se a favor da Esperança verde-rubra na Rotunda por um punhado de resistentes. Ao lado deles esteve Alberto da Silva Pais, oficial de Infantaria e um dos “heróis do Cuamato”. Seis anos mais tarde – a 13 de dezembro de 1916 – voltará a estar junto de Machado Santos num golpe falhado que os levaria à prisão, só de lá saindo um ano depois graças ao golpe vitorioso do irmão Sidónio Pais. Mas este, nas vésperas do 5 de outubro de 1910, não conspirava. Intuia apenas ser inevitável e essencial o despertar do “Luminoso dia de redempção da minha Patria”, que, enfim, chegara...

Em Coimbra o lente “quasi republicano” – Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918) – foi prontamente recrutado pela República para a servir como Presidente da Câmara Municipal, Vice-Reitor da Universidade, Administrador do Concelho interino e, por sugestão de Brito Camacho, membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Os estudantes monárquicos alcinharam-no de “acumulador” e até alguns correligionários suspiraram pela sua saída de certos cargos para que os próprios ou outros amigos pudessem usufruí-los. Cedeu “sem ruído” às críticas, mantendo-se a lecionar na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, a dirigir a Escola Industrial Brotero e a exercer a função de Administrador da C.P. Em fevereiro iniciou-se na Loja Estrela d’Alva do rito escocês, adotando o nome simbólico de Thomas Carlyle. Declarou, então, no respetivo “testamento de iniciação” que o dever do homem para com os seus semelhantes era o de “Sacrificar-se pelo bem d’elles”; o seu ideal devia ser o “heorismo no sentido mais largo do termo”; e esse sentido traduzia-se

no mais puro “sacrifício pela colectividade na defeza da justiça, da verdade e do Bem”. Justificou, assim, não só a escolha de um nome simbólico, mas também a motivação ideológica profunda para mais altos voos na nova ordem política. Voos de deputado, ministro, diplomata...

A precária unidade interna dos vencedores republicanos degenerara facilmente em divisionismo e em desenfreada luta pelo Poder, a tal ponto que, em fevereiro de 1911, o Encarregado de Negócios da Legação dos E.U.A. em Lisboa informava Washington da indiscutível existência no seio do Governo Provisório de três partidos rivais, cada um deles constituído em torno de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Brito Camacho, os quais se mostravam, aliás, preocupados apenas com *os* “seus interesses pessoais e de facção, e não com os do país”. E o mesmo informador acrescentava que eles discordavam em diversas matérias, designadamente, no modo de organizar o próximo ato eleitoral: Costa pretendia um sufrágio restrito, Almeida um sufrágio universal e Camacho não via inconveniente nenhum em que fosse usada a lei em vigor na derradeira fase da Monarquia Constitucional.

Em pé de guerra contra estes líderes políticos parecia estar Machado Santos e seus companheiros, que ameaçavam fazer “nova revolução” se as eleições não fossem marcadas no mais curto prazo. Cada qual tinha, pois, os seus motivos e as suas conveniências táticas, mas não há dúvida que a legitimidade e o reconhecimento internacional do regime dependiam de um processo eleitoral capaz de inaugurar um novo ciclo jurídico-constitucional e governativo.

À última hora, o Diretório do P.R.P. (Partido Republicano Português) encarou com urgência esse desiderato, impondo a revisão acelerada dos cadernos de recenseamento e os nomes das listas de candidatos contra a vontade de várias comissões locais. Por provável manejo de Brito Camacho, pôde Sidónio Pais ser acolhido no círculo eleitoral vizinho de Aveiro e integrado nas listas oficiais. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte efetuaram-se no dia 28 de maio por sufrágio restrito direto, com baixos graus de democraticidade e de transparência, habituais desde 1834!... E entre os duzentos e vinte e nove deputados eleitos ficou a constar Sidónio Pais com dois mil setecentos e dois votos, que o lançaram numa carreira política ascensional e fulgurante, bruscamente interrompida a tiros de revólver na Estação do Rossio cerca de sete anos depois...

Num hemiciclo dominado pela presença de médicos, de juristas e de militares profissionais sobressaíram interessantes divergências acerca de vários aspetos, sendo de destacar a significativa falta de consenso no respeitante ao modelo parlamentarista, à articulação entre o Poder Executivo e o Legislativo, à existência ou não da figura do Presidente da República, ao reforço das atribuições presidenciais, à introdução de um Senado corporativo aberto à

representação dos interesses sócio-profissionais, etc. Apesar de uma prestação irregular, Sidónio Pais não deixou de se preparar para a exigente tarefa que aceitara assumir e entrou de forma discreta no debate. Fê-lo mesmo fora da Assembleia, mais precisamente numa entrevista concedida ao jornal *A Liberdade* de Aveiro, tendo dito que nenhum dos três sistemas conhecidos lhe parecia adaptável ao seu país: o parlamentar seria o regresso ao passado; temia o regime presidencial americano que a breve trecho podia transformar o presidente num déspota; e o ideal seria uma República democrática, mas “nem n’isso devemos pensar”. Deste seu lacónico depoimento depreende-se que não estava totalmente seguro sobre o caminho a seguir, mas rejeitava o parlamentarismo e o sistema partidário da Monarquia, defendia racional e emocionalmente o princípio básico da soberania popular, preferia o modelo suíço, embora não o julgasse possível em Portugal, dado o atraso educativo e cultural da população, receava, como muitos dos seus correligionários, o presidencialismo à americana porque a personalização do Poder podia degenerar em despotismo, punha reservas a uma representação corporativa do Senado, que Egas Moniz propusera com entusiasmo, por se tratar de uma novidade ainda pouco testada e uma via aberta ao eventual controlo das classes conservadoras e reacionárias e não lhe repugnava, tendo em vista níveis aceitáveis de eficácia disciplinadora, um Executivo moderadamente forte, dotado de certa dignidade e operacionalidade em matérias sensíveis como a financeira².

De acordo com tais parâmetros, o sentido geral das suas intervenções e propostas situava-se num *juste milieu*, próximo do sentir do grupo camachista e firmado nas seguintes premissas: a República não podia cair nos erros do passado, o equilíbrio e a independência concreta entre os três Poderes era mais pertinente que a fixação teórica dos seus limites e a vontade popular tinha de ser escrupulosamente atendida e respeitada. Esta prudente busca de equilíbrio(s) animou, aliás, a maioria dos constituintes, mas não os impediu de aprovarem uma nova Lei Fundamental da Nação, acentuadamente parlamentarista e desprovida do mecanismo regulador da dissolução exercido pelo Presidente da República. Uma deficiência, entre outras, que levará ao bloqueio do sistema e ao recurso a soluções de acesso ao Poder extra-legais.

Outro ponto problemático consistiu na irreversível fragmentação do P.R.P. em outubro de 1911, facto que desconhecemos se Sidónio Pais achou ou não oportuno naquele momento, mas é sabido que, graças à grande amizade com Brito Camacho e sem cortar com as propostas de outros correligionários di-

² Sobre a ação parlamentar constituinte de Sidónio Pais e as suas relações políticas com Egas Moniz ver: SILVA, Armando Malheiro da (2000) - Egas Moniz e a política: notas avulsas para uma biografia indiscreta. In *Egas Moniz em livre exame*. Org. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita. Coimbra : Edições Minerva, p. 237-311.

ferentemente posicionados, tais como Machado Santos e Egas Moniz, aderiu de imediato a uma das novas formações partidárias republicanas, convertidas em meras réplicas dos defuntos partidos rotativos da Monarquia.

A quebra de unidade do P.R.P. embora justificada e aceite à luz dos princípios da cartilha democrática, apregoados sem cessar, não foi bem “digerida” pelo próprio movimento republicano causando graves perturbações no funcionamento do sistema político. Com efeito, a vocação unitária e reformadora do Partido conferira-lhe extraordinária força e credibilidade durante a oposição combativa ao regime monárquico, conseguindo mesmo integrar no seu discurso a importante “questão social” e deixar, assim, o Partido Socialista sem grande espaço de manobra.

Não admira, por isso, que de um Basílio Teles a um Campos Lima fosse preconizado o prolongamento de uma forte coesão ideológica e prática da “vanguarda” republicana para a modernização integral do país. E o curioso é que os defensores do pluripartidarismo oscilaram entre polos extremos e contraditórios: ora mostraram, no desenrolar do processo político, dificuldade em partilhar o Poder (o P.R.P., Partido Democrático de Afonso Costa, sem dúvida, o maior e melhor organizado, tendeu sempre, sem nunca o admitir explicitamente, a ser dominante e a excluir os seus concorrentes), ora não hesitaram, ao mínimo pretexto de ameaça externa ou de perturbação interna, apelar à unidade essencial das forças republicanas, o que revela uma instável “oscilação” entre o “sistema de partido monolítico e o sistema partidário competitivo”.

Quebrada a unidade partidária do campo republicano tornou-se inevitável o forte acréscimo da instabilidade e da conflitualidade ao nível do sistema do Poder, numa espiral de tentativas falhadas para consensualizar diferentes sensibilidades e tendências doutrinárias e culturais, diferentes interesses sócio-económicos em jogo ou diferentes táticas de republicanização / moralização da vida administrativa do país. O Partido Democrático / P.R.P. não conseguiu, de facto, liderar consensualmente a unidade ativa de todos os republicanos em sintonia com o sentir e o pulsar da sociedade portuguesa – uma sociedade em plena crise de mudança e de crescimento. Tarefa essencial que falhou em todas as direções: à direita, como sucedeu em 1911-1912 através da efêmera convergência de unionistas e de evolucionistas – os *blocards* segundo Câmara Reis – em torno da eleição de Manuel de Arriaga para Presidente da República ou em 1915, na última cartada deste velho republicano da geração de 70, ao apostar tudo na breve e desconcertante governação do seu amigo general Joaquim Pimenta de Castro, interrompida pelo 14 de maio de 1915; e à esquerda, como facilmente se constata de 1913 a 1917, durante as experiências partidárias e de “concentração” dominadas pelos democráticos.

O caso da “ditadura” pimentista, surgida por iniciativa pessoal de Manuel de Arriaga com o propósito específico de preparar eleições, nasceu, aliás, da preocupação crescente entre os “moderados” de colocar a prática republicana acima da lógica partidária, de forçar o partido de Afonso Costa a uma alternância no Poder e de esbater o contencioso com as forças conservadoras – católicas e monárquicas – na expectativa de elas virem a aceitar pacificamente a República. A tentativa foi, como se sabe, mal sucedida, inclusive por inépcia dos seus mentores e agentes e por resistência implacável dos democráticos, mas o seu objetivo manteve-se cada vez mais prioritário – integrar o país no regime através de métodos mais subtis e suaves que os aplicados pelos ativistas do novo P.R.P./P.D. e criar condições de estabilidade para uma profunda e longa obra de fomento.

Sidónio Pais foi *blocard* e participou nos dois primeiros Governos constitucionais. A sua atuação na pasta do Fomento e integrado num elenco *bloquista* presidido por João Chagas quase não passou do plano das intenções, gizadas, aliás, em estreita cumplicidade com Brito Camacho, seu antecessor. Na das Finanças do “Gabinete” Augusto de Vasconcelos viu-se obrigado a preparar dois Orçamentos – o de 1911-12 e o de 1913 – sem conseguir eliminar o famigerado *deficit*, embora tenha apontado com clareza a solução – era urgente aplicar uma “lei travão” que reduzisse e disciplinasse as despesas públicas. Exatamente a mesma terapia adotada com sucesso, em 1913-14, por Afonso Costa à frente das Finanças no seu primeiro elenco governativo. Ao fim de alguns meses de frenética atividade e de desgastantes interpelações na Câmara dos Deputados e no Senado ficou à beira de um cansaço cerebral ou, como ele próprio escreveu numa carta para a mulher, (...) “quando estive em Lisboa neurasthenico”... Agradou-lhe, por isso, mudar de posto sem sair da esfera política e conseguiu ir para Berlim.

A chefia da Legação – uma das cinco mais importantes para a execução da política externa portuguesa – continuava vaga, tendo sido levantadas objeções pela Chancelaria imperial ao nome de Bernardino Machado que o Governo de Lisboa propusera em inícios de 1912. As autoridades alemãs queriam alguém “menos comprometido” com a propaganda antimonárquica e com a obra revolucionária do Governo Provisório. Em face disto, Augusto de Vasconcelos superou o embaraço e a falta de boas alternativas escolhendo o seu ex-Ministro das Finanças para esse lugar, mas confessou a João Chagas que o indigitado não tinha a “maleabilidade” necessária.

O termo é vago e enigmático. Permite, porém, supor que a missão exigia imenso tato e charme. Sidónio Pais procurou, à sua maneira, não desiludir. Na capital do II Reich, muito distante e isolado das entidades que representava, tentou melhorar a má imagem da 1.^a República veiculada pela imprensa, fomentar as relações económicas entre os dois países e resolver de forma

conciliatória os incidentes de natureza colonial que de 1913 a 1916 afetaram as relações luso-alemãs. A questão colonial não lhe foi indiferente e a propósito dela escreveu em 2 de maio de 1914 uma carta confidencial ao seu “chefe” e amigo Brito Camacho, na qual dissertava sobre o estado da aliança com a Grã-Bretanha e sugeria que era chegado o tempo de agir, de revigorar a Aliança Luso-Inglesa e de clarificar a “nossa política externa, que não pôde continuar a viver au jour le jour”, parecendo-lhe também indispensável uma “política de fomento colonial adequada”.

Quanto à participação de Portugal no teatro de guerra europeu ao lado da *Triple Entente* mostrou-se, desde a primeira hora, adepto da “neutralidade condicional”, em estreita sintonia com a tese defendida por Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros do 2.º governo de Bernardino Machado, e expendida por Brito Camacho nas páginas de *A Lucta*. E até à declaração de guerra da Alemanha, em 9 de fevereiro de 1916, tudo fez para evitar o corte de relações ou a subsequente fase de beligerância ativa. Fê-lo não por germanofilia, no sentido pejorativo do termo, mas por excessiva prudência e por indiscutível receio que a entrada no conflito, fora do teatro africano, representasse um grande perigo para a República e para a sobrevivência económica e política da Pátria.

Curiosamente, os guerristas convictos receberam as mesmas consequências pela razão inversa. E daí uma profunda discordância tática que legitimou o uso e o abuso, sobretudo por parte dos defensores da intervenção, de todos os argumentos (recriminações, suspeitas, mentiras, etc.) capazes de anatemizar os renitentes a essa opção estratégica, legando, em herança, um discurso mistificador que a historiografia científica tem reproduzido e aceite com confrangedora “ingenuidade”!...

A campanha a favor da intervenção militar de Portugal ao lado dos Aliados contra o imperialismo “militarista e sanguinolento dos boches” foi assumida e proclamada pelos democráticos em termos de designio nacional e patriótico, mas na prática serviu várias convicções numa só: era indispensável defender no *front* as colónias (cujos deploráveis níveis de fomento tinham justificado a cobiça de ingleses e de alemães), a inviolabilidade face ao perigo espanhol e a sobrevivência e projeção internacional do regime republicano. Um triplo desiderato que dividiu a opinião pública e que, na sua essência, pouco tinha a ver com os *clichés* da aliadofilia ou da germanofilia: uns viram chegada a grande oportunidade do engrandecimento da Pátria, que justificava todos os sacrifícios; outros perguntaram-se se a neutralidade não seria mais condizente com os interesses estratégicos e as deficiências estruturais do país. De um lado, o ímpeto visionário e megalómano de terçar armas como gigantes pelo bem da Humanidade; do outro, o receio de um passo em falso que compromettesse irremediavelmente o futuro de Portugal.

Os guerristas acabaram por impôr o seu ponto de vista, atrelando-se à velha Aliada, mas não lograram envolver no projeto a “família” republicana, nem tão pouco os oficiais e os soldados embarcados aos milhares, em condições precárias de treino, de moral e de meios, para o inferno pútrido e dantesco das trincheiras, onde haveriam de sofrer a chacina de 9 de abril de 1918.

O esforço económico despendido nessa arriscada aposta não foi acompanhado de medidas eficazes que atenuassem o agravamento das condições de vida (subida exponencial dos preços, pauperização agravada, sobretudo, nos centros urbanos, atos espontâneos de desespero tais como greves, assaltos, pilhagens...), a falta de consenso político-partidário ou a chocante desmoralização da vida político-administrativa do país. Multiplicaram-se, portanto, os efeitos perversos de uma iniciativa que alegadamente visava a grandeza futura de Portugal.

A *Union Sacrée* à portuguesa, ensaiada logo após a entrada formal no conflito, nasceu truncada e teve vida curta, sendo por demais evidente que evolucionistas, camachistas e machadistas, de uma maneira ou de outra, tentaram sacudir para cima dos democráticos o ónus da impopularidade. Daí que em vez de serem atenuadas as fraturas, as tensões e as incompatibilidades no interior do campo republicano face ao grande desafio em curso, fossem, pelo contrário, bastante exploradas as oposições táticas existentes com vista ao controlo da área de decisão, o que enfraqueceu e descredibilizou ainda mais o regime.

Em tais circunstâncias o Exército, eivado de formação nacionalista e politécnica, foi-se perfilando, não obstante a sua porosidade à influência dos diversos partidos, como o único garante da independência nacional e a única força suprapartidária capaz de assegurar a Ordem e o Progresso. O *Movimento das Espadas* e a formação do Ministério Pimenta de Castro significou, aliás, um primeiro impulso corporativo de reação ao “desgoverno dos políticos”, assim como o 14 de maio de 1915 mostrou que os democráticos mantinham uma boa capacidade mobilizadora no seio da Marinha e entre “grupos” de soldados, de sargentos e de oficiais próximos dos “jovens turcos”. Em ambos os casos, o mesmo e preocupante sintoma: a crescente interferência dos militares no destino ziguezagueante da República.

Em 1916 e em 1917 os quartéis voltaram a agitar-se. Em 13 de dezembro estava iminente a partida de efetivos para França, facto que jogou abertamente contra o êxito de uma intencional mal preparada por Machado Santos, com alguns militares descontentes – entre os quais se encontrava Alberto da Silva Pais, irmão de Sidónio, tendo este preferido afastar-se de um ato facilmente conotado com os interesses estratégicos da Alemanha. Um ano depois já não foi difícil encontrar, na guarnição de Lisboa e entre as novas gerações da oficialidade, voluntários dispostos a derrubar o terceiro e último Governo de Afonso Costa.

O 5 de dezembro de 1917 replicou, em termos operacionais e ideológico-políticos, o 5 de outubro, mas só terminou vitorioso a 8, dia evocativo de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal...

Do ponto de vista politológico foi um golpe (concebido e feito por militares) e não uma revolução. Nasceu no seio do campo republicano, mais precisamente nas suas forças marginais e “excluídas” – no meio do descontentamento de unionistas, de evolucionistas-centristas e de machadistas, estes em rutura há muito com a chamada “demagogia dos democráticos”. A prisão de Machado Santos e dos seus companheiros na sequência do 13 de dezembro e o adiamento *sine die* do respectivo julgamento teve um efeito revanchista, determinante na decisão pessoal de Sidónio Pais de conspirar até ao fim, desafiando com êxito a habilidosa ambiguidade do seu “chefe” de partido.

Brito Camacho não viu outro modo de derrubar os democráticos que não fosse pela força, mas por “pudor” demoliberal e por conhecer bem os trunfos dos adversários não se atreveu a defender politicamente os seus genuínos intuitos. O “trabalho sujo” tinha de ser feito pelos militares, exclusivamente por sua conta e risco. Se conseguissem o fim almejado sairiam, então, céleres do Largo do Calhariz (sede do jornal *A Lucta*) os nomes para o Ministério da “redenção” e da reconciliação de todos os portugueses com a República, os projetos e os princípios, no topo dos quais pairava uma exigência fixa: a atribuição ao Presidente da República do direito constitucional da dissolução parlamentar. Para Brito Camacho e para alguns dos seus amigos bastava introduzir esta correção constitucional e fazê-la acompanhar de uma rápida convocação de eleições, que ampliassem a queda do P.R.P./P.D., verificada já nas municipais de novembro de 1917, e garantissem a ascensão dos unionistas e centristas, renovando assim o “bloco” moderado e conservador dos primeiros tempos...

O problema era, afinal, o mesmo que Pimenta de Castro não soubera resolver. Três anos depois, outro militar e matemático tinha o ensejo de impor a mesma solução desejada: garantir a ordem e marcar eleições para que um novo Congresso votasse a dissolução parlamentar. Camacho pressentiu, contudo, que também o major lente não saberia resolver o problema posto, sendo, então, como “político” um “homem liquidado”.

Não errou no vaticínio, mas perdeu o supremo ensejo de governar Portugal, ainda que episodicamente: Sidónio Pais ao assumir a direção do “comité revolucionário” que, em agosto de 1917, o próprio Camacho patrocinara, dispunha-se lealmente a catapultar o “chefe” para as cumeadas do Poder, porque, em sua opinião, ele era o homem sábio, perspicaz e empreendedor que a República precisava; o líder unionista receberia de bandeja o controlo da situação e trataria logo de pôr o seu partido à frente do “bloco” das forças anti-afonsistas e conservadoras doravante influentes no campo republicano,

mas ao fazê-lo expunha-se muito, concitava a “vingança” dos democráticos e dos seus temíveis militantes recrutados entre os marujos, os sargentos, os velhos carbonários e a população dos bairros populares lisboetas; saía da sua predileta posição de *deus ex-machina* e entrava no “laboratório” da política portuguesa sujeito a “queimar-se” no decurso de mais uma experiência mal sucedida. Preferiu antes jogar pelo seguro, cedeu espaço aos seus parceiros no assalto à “cidadela do Poder” e deixou que eles se acercassem bastante de Sidónio Pais, já algo desiludido, aliás, com as reais capacidades de estadista do seu amigo Camacho.

Os jovens e entusiastas cadetes da Escola do Exército, vários alferes e capitães, que a partir do Parque Eduardo VII derrotaram as forças governamentais, tomaram conta dos Ministérios e humilharam, em Belém, o Presidente Bernardino Machado, ofereceram-se de pronto para “guarda pretoriana” e para baluarte da velha ideologia militar remoçada pelo nacionalismo, pelo positivismo e pelo antiparlamentarismo de cariz bonapartista, boulangista ou sul-americano.

Teófilo Duarte, Eurico Cameira, Botelho Moniz, quais cavaleiros da “Távola Redonda”, fizeram de Sidónio o seu “Rei Artur” na luta contra os “infiéis” da “civilização e da raça”. Machado Santos e os seus amigos da Rotunda reconheceram-lhe o direito à liderança, mas impuseram-lhe a silhueta imprecisa e inconstante da “sua” República, que outros, bem cedo, desviaram do “bom rumo”. Egas Moniz com o seu projeto de Partido Centrista Republicano propunha-se aplicar medidas de alcance algo premonitório e congregar dentro e fora do campo republicano a grande “massa conservadora” hostilizada pela tática voluntarista e “demagógica” dos democráticos.

O Exército, por seu turno, continuava atravessado por divisões político-partidárias e por diferentes atitudes face ao intervencionismo português na Grande Guerra de 1914-18, mas convergia cada vez mais nos apelos ao acrisolado patriotismo, à ordem e à reação corporativa contra os ataques vindos sobretudo “das esquerdas”. Podia, por isso, rever-se na pose teatral e disciplinadora, no discurso populista e patriótico do protagonista central da nova situação. Para vários líderes do movimento operário o golpe de dezembro oferecia apenas a possibilidade de libertar sindicalistas presos na sequência da repressão dos Governos anteriores, sem abdicar, contudo, da sua postura reivindicativa e da pertinente e sedutora “revolução social”...).

O posicionamento dos monárquicos irredutíveis era um misto de cansaço e de nostalgia restauracionista, a par do irrequietismo doutrinário dos moços do Integralismo Lusitano, que não influenciaram a governação, nem os planos jurídico-constitucionais da “República Nova”, ao contrário do que deixou insinuado Hipólito Raposo e tem sido repetido com insistência.

Por fim, deve referir-se os católicos que desejavam a revogação da “intan-gível” e a suspensão definitiva da campanha anticlerical e laicista, em troca do que se dispunham a apoiar, a aplaudir e a colher o máximo possível de garantias e de oportunidades cívicas e políticas dentro da ordem republicana, entre tolerada e, finalmente, aceite.

Dos unionistas aos católicos a heterogeneidade era grande e “babélica”, mas não havia alternativa: a situação dezanovista tinha de formar com todos eles uma rede sociopolítica de apoio destinada a reordenar a correlação de forças no interior do campo republicano e a integrar nele “as classes conservadoras” hostis à República.

O conceito operatório de rede, aplicado às sociedades sul-europeias em vias de industrialização, serve para melhor se descrever e entender a articulação dos estratos socioeconómicos (profissionais e culturais) com o sistema político, ou seja, a rede serve de suporte à estrutura e à ação partidárias, trazendo para o seu seio interesses classistas muito ou pouco diferenciados entre si e organizados em “grupos de patrocínio e de pressão” de raiz patriarcal a fim de, por esse meio, influenciarem a área da decisão (sistema de Poder). Em concreto, pode dizer-se que a rede forma-se e opera entre a base social (classista) e as instâncias superiores do Estado, mediatizando e projetando exigências básicas, necessidades e aspirações (opostas a outras) numa determinada formulação ideológico-política e na sua subsequente organização programática e funcional – o partido – vocacionada para o controlo da área institucional de decisão. Cada partido age, pois, entre o sistema político e o sistema de Poder através de redes próprias que lhe asseguram a capacidade de penetração, de mobilização e de representação junto da massa indistinta da comunidade nacional potencialmente eleitora.

Esta explicação conceitual serve para questionar a tese segundo a qual o golpe de dezembro recebeu ou atraiu de início o apoio direto de classes antagónicas, apoio esse que Sidónio Pais terá depois tentado desesperadamente manter em equilíbrio, mas sem sucesso. A isto opõe-se uma outra leitura dos dados disponíveis: o golpe de dezembro teve o apoio inicial do segmento militar da União Republicana secundado por um ou outro militante civil (o latifundiário António Miguel de Sousa Fernandes agiu individualmente e não em representação da “classe” agrária, o mesmo não se podendo dizer do dirigente agrícola Eduardo Fernandes de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado da Agricultura) e com extensões ao grupo de Machado Santos e a ex-evolucionistas reunidos em torno de Egas Moniz. Na origem temos, portanto, a rede sociopolítica unionista cruzada com transfugas de outras redes que ajudarão a prefigurar uma rede própria, porém apenas esboçada e quase circunscrita às áreas de Lisboa, Coimbra e Porto. Uma rede frágil, sem a mínima coesão interna e baseada, afinal, na mesma matriz urbana tenden-

cialmente republicana e composta de estratos de classe média – advogados, médicos, engenheiros, militares, comerciantes, proprietários, industriais, etc. –, de pequena burguesia – empregados de comércio, funcionários públicos, sapateiros, barbeiros, alfaiates, etc. – e de algum operariado, sobretudo as franjas urbanas mais proletarizadas e desprotegidas. Com o desenrolar da experiência, o apoio social ao Presidente da República alargou-se, por intermédio de monárquicos e especialmente da Igreja Católica, à população das vilas, aldeias, campos e serras do país, mas sem que essa adesão se traduzisse num reforço da rede sociopolítica e dinamização de um Partido Nacional Republicano – o partido governamental – realmente “frentista” e mobilizador do eleitorado.

Metido num instável “saco de gatos”, Sidónio Pais começou por atuar com receio, timidez e cautela, porque se sentia, como era, aliás, típico da sua personalidade, bastante inseguro e ao mesmo tempo perturbado por uma certa “vertigem” do triunfo ou da ascensão às “altas esferas” do Poder. Aceitou os conselhos e as intromissões habilidosas de Camacho. Leu os desabafos intempestivos de Machado Santos designadamente contra a forte presença de unionistas nos primeiros dois meses do único Ministério da ditadura dezembrista (11-12-1917 a 11-5-1918). Seguiu com complacência a impetuosidade antipolítica e sobretudo antipartidocrática dos seus “cavaleiros”. Embrenhou-se no universo íntimo das suas emoções e ideias. Foi sacudido, logo a 8 de janeiro de 1918, por uma revolta de marinheiros que serviu para exprimir a rejeição formal dos democráticos à situação criada. E decidiu, na mais pura tradição democrático-republicana, ir auscultar, em comícios, manifestações, banquetes e visitas diversas, a vontade do Povo. Reconhece-se-lhe, por essa atitude, uma vertente populista potenciada, afinal, quer pelo seu perfil psicológico, quer pelo populismo intrínseco à génese da 1.^a República.

As viagens presidenciais ao Norte e ao Sul do país, em janeiro e fevereiro de 1918, devolveram-lhe a autoconfiança de que tanto carecia a fim de arrear caminho até às últimas consequências. E a partir de então esboçou um rumo que o situou próximo dos críticos assumidos do parlamentarismo e da célebre máxima de Paul Déroulède – *On peut être antiparlementaire et rester républicain* –, mas incompatibilizou-o, a curto prazo, com os indefeíveis camachistas.

Até abril e do ponto de vista político-partidário deu-se a metamorfose da fase dezembrista ditatorial, caracterizada pela interrupção por via extra-legal ou militar da legitimidade constitucional fixada em 1911 e pela vincada supremacia dos unionistas – uma supremacia apropriada pelos centristas a partir de 7 de março –, para a fase sidonista semi-institucionalizada, em que surgiu a República democrático-presidencialista e autoritária. O autoritarismo emergiu nesta situação devido ao reforço do Executivo diante de uma

morosa reativação do Legislativo e ao primado da ação pessoal de Sidónio, sobreposta, de forma sincrética, ao papel dos partidos.

A fase sidonista nasceu, pois, com a legitimação por sufrágio universal de uma variante político-institucional do regime fundado em outubro de 1910 – o presidencialismo à americana e à brasileira, merecendo, sem dúvida, especial relevo o impacte entre os republicanos portugueses do êxito e do figurino da República no Brasil em 1889.

A variante presidencialista foi divulgada e conhecida através quer de obras e traduções francesas sobre a clássica separação tripartida dos poderes e a sua formatação num esquema não parlamentarista, quer de experiências concretas como a dos E.U.A. e a do Brasil, culturalmente mais próximas das elites portuguesas³. E ao incorporar essa variante, o sidonismo não caiu, ao contrário do que tem sido notado, numa premeditada contradição face às dúvidas e aos receios expressos pelo próprio Sidónio Pais, em 1911, sobre o figurino americano, antes refletiu uma tendência menos visível, mas natural, do republicanismo português.

As anomalias concretas do regime republicano em 1917 fizeram da democracia presidencialista a alternativa (mais viável que o modelo suíço) para “salvar a República” sem a denegação do ideal democrático, mas com a emergência perversa de um problema grave: a desequilibrada personalização do Poder Executivo, estimulada pela excessiva personificação coletiva na figura do Presidente da República e, também, chefe do Governo.

Esta disfunção manteve-se e agravou-se até 14 de dezembro por efeito de múltiplos fatores de desestabilização, a saber: o atraso no arranque dos trabalhos constituintes do novo Congresso, que não chegará a discutir o projeto apresentado para debate e ao qual os integralistas foram alheios; a debilidade estrutural do P.N.R., formado a partir do Partido Centrista, indefinido como partido unitário (não dizemos único...) ou como partido competitivo em sistema bipartidário, e incapaz de integrar num “bloco” coeso algumas das tendências estruturantes (evolucionistas e unionistas) do campo republicano e dos campos até então excluídos (católico e monárquico); ou ainda a forte tensão (rivalidades, intrigas, disputas sectárias, etc.) vivida no seio da própria rede sociopolítica de apoio – tensão essa patente em torno, por exemplo, da discussão tática sobre presidencialismo e parlamentarismo ou sobre o modo mais adequado e eficaz de neutralizar e contrariar os intuitos / atos subversivos dos adversários.

O alegado perigo bolchevista e as ameaças concretas dos democráticos foram, porém, fechando o cerco e conseguindo impelir cada vez mais a “Repú-

³ Ver: GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro (1995) - *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil : 1889-1895*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

blica Nova” para a prática da força repressiva como método circunstancial e desesperado de defesa. Um método que, noutras circunstâncias, Sidónio Pais teria relutância em aceitar. E podemos mesmo admitir que ele acreditou no fim do “cerco” pela conjugação combinada do pós-guerra e da instauração definitiva de um Estado de Direito regulado pela nova Constituição presidencialista.

O quadro de instabilidade da situação dezembrista/sidonista tornou-se, pois, irrefragável e relacionado não só com os fatores apontados, mas também com as questões financeiras e socioeconómicas num contexto de guerra total e num país de economia periférica com o velho espectro do *déficit* orçamental, além da deficiente cadeia produtiva, elevada inflação, rutura no abastecimento dos géneros de primeira necessidade, etc.

A resposta dos Governos sidonistas a esta crise global não divergiu das políticas vindas de trás, que desenhavam já um crescente intervencionismo estatal intrínseco à própria evolução do imperialismo capitalista europeu entre 1870 e 1918. Foi uma resposta incipiente, desigual e condicionada interna e externamente, mas mesmo assim baseada, por um lado, na assunção, que julgamos incontestável face aos dados conhecidos, de compromissos anteriores como o de manter e reorganizar o C.E.P. e, por outro, num frenético esforço reformista, testemunhado por abundante legislação produzida em escassos doze meses e em várias direções: apoio à agricultura (ponto constante do programa centrista) traduzido, aliás, na criação de um Ministério/Secretaria de Estado para o setor e numa política de preços agrícolas; apoio ao ensino técnico-industrial e comercial com vista a um efetivo desenvolvimento da indústria e do comércio nacionais, apesar de medidas pontuais que penalizavam as importações e os beneficiários diretos dos açambarcamentos de géneros; abertura aos grupos conservadores e ao campesinato face à crescente hostilidade dos chamados partidos “históricos”, explicando-se assim um novo regresso de monárquicos ao Exército através da rede sociopolítica da “República Nova”. A presença de monárquicos no seio da República baseou-se, porém, num compromisso equívoco de irrevogabilidade do princípio republicano; e a mesma estratégia envolveu os católicos, atraídos pela revisão da “intangível” e por um pacote de cedências, cujos limites ficaram nitidamente expressos no *Título VI, art. 83.º* do projeto de Constituição, cuja versão pronta para debate fomos descobrir no Arquivo Histórico Parlamentar.

A morte brusca, a tiro, do Presidente da República, sob a forma cedo narrada e aceite até há pouco pela historiografia, de um “ato individual e isolado” do presuntivo assassino José Júlio da Costa, derivou, no fundo, de um intenso *complot* democrático, associado a outras confluências anti-situacionistas, coincidiu, assim, com a “morte

anunciada” do presidencialismo. Morte a que não foi de todo estranho Egas Moniz⁴, que, nos primeiros dias de dezembro, partiu para Paris e Londres e daí aconselhou, em sucessivos telegramas para o seu Secretário particular e para os seus colegas no 16.º Governo, que fosse reposta a vigência plena da Constituição de 1911 em nome da estabilidade interna, da reconciliação republicana e da conveniente repulsa pelo “monarquismo germanófilo”, critérios e valores que urgia levar à Conferência de Paris a fim de cativar as boas graças das grandes democracias vencedoras. A intenção era compreensível, mas controversa e muito mal recebida nos círculos monárquicos, especialmente entre os militares das chamadas Juntas do Norte e Sul, que pressionaram logo o presidencialista Tamagnini Barbosa para travar e inverter a pronunciada viragem da situação pós-sidonista “à esquerda”.

No entanto, o Governo de Tamagnini Barbosa, um ex-centrista, foi incapaz de reverter a caminhada para uma situação de conflito entre republicanos e monárquicos, que foram atraídos a instâncias do Poder, nomeadamente às Forças Armadas e de Segurança, e se viram desprotegidos após a morte de Sidónio Pais, decidindo muitos deles ensaiar uma espécie de fuga em frente, bem patente nos acontecimentos que se encadeiam a seguir e constituem o contexto factual próximo da transferência da Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto.

Em 8 de janeiro de 1819 a Junta Militar do Norte (sedeada no Porto) divulgou uma proclamação em defesa do legado sidonista, contra o democratismo e logo, de 10 a 18, ocorreram em diversos pontos do país pronunciamentos militares em defesa do “retorno à normalidade republicana”, que o Governo sidonista do tenente-coronel Tamagnini Barbosa conseguiu debelar. A 19 dá-se a proclamação da Monarquia no Porto e em Lisboa, tendo sido decretado o estado de sítio em todo o continente e a 24 a revolta fora subjugada em Lisboa. No Norte, porém, os monárquicos resistiram mais tempo até 13 de fevereiro. Durante este período foi criada e funcionou uma Junta Governativa do Reino, chefiada por Paiva Couceiro. Em 20 desse mesmo mês houve intensas manifestações em Lisboa de apoio à República e, entretanto, foram abertas inscrições pelo Governo para constituir batalhões de voluntários republicanos para irem combater a Junta Monárquica. Com esse propósito, os militares do Corpo Expedicionário Português, que regressavam de França, foram incitados a constituir uma coluna de defesa da República. A 22 e 23 unidades militares monárquicas e vários civis começam a deslocar-se para Monsanto, assumindo o comando da movimentação. Aires de Ornelas, com o apoio do tenente-coronel Álvaro de Mendonça resistem até às 17 horas do dia 24. A reação dos republicanos em Lisboa foi fulminante. Logo no dia

⁴ Ver: SILVA, Armando Malheiro da (2000) – *Ob. cit.*

21 promoveram uma manifestação diante do Ministério do Interior, pasta gerida por Tamagnini Barbosa. A 22, voluntários civis concentraram-se no Campo Pequeno, para receberem armas e treino militar, destacando-se na mobilização o major André Brun bem como grupos civis apoiantes do sidonismo, comandados por Manuel Inácio Ferraz. Segue-se a chamada “escalada de Monsanto”, com a vitória dos republicanos. Após dias de combates em pontos do litoral centro com as forças republicanas a avançarem para Norte com vista a vencerem a resistência monárquica. A 13 de fevereiro os republicanos entraram no Porto.

De 27 de janeiro a 13 de fevereiro tomou posse e liderou a contra-ofensiva republicana um Governo de concentração republicana chefiado por José Relvas, de vida curta, a que se seguiu novo Governo, mais partidário, chefiado por Domingos Leite Pereira e no qual ingressou Leonardo Coimbra como Ministro da Instrução. Mais adiante será recordada a principal ação que assumiu no escasso tempo em exercício de funções. Mas vale a pena referir já os vários decretos, com data de 10 de maio de 1919, desse Governo, da lavra do citado Ministro: um revoga diploma de 1911 e reorganiza a instrução primária, com a escolaridade obrigatória a passar dos três para os cinco anos e os salários dos professores atualizados e ligeiramente aumentados; outro institui um seguro obrigatório contra desastres em todas as profissões (demoraria muito a que esta lei tivesse aplicação prática); outro reformou os serviços de Assistência Pública, revogando decreto de 1911, autonomizando a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia; e, por fim, o decreto que substituiu a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por uma Escola Técnica e uma Escola de Belas Artes – as Letras seriam transferidas para o Porto, medida que suscitou uma greve dos professores universitários. Estes diplomas surgiram, em pacote, na véspera das eleições legislativas de 11 de maio em que o Partido Democrático obteve a maioria e conseqüentemente formou-se o 21.º Ministério (29-6-1919 a 15-1-1920), presidido pelo Coronel Sá Cardoso, com, entre outros, José Domingos dos Santos, no Trabalho, e Joaquim José de Oliveira, na Instrução. Leonardo Coimbra não retoma esta última pasta, mas será nomeado, pelo novo Ministro, Diretor da Faculdade de Letras instituída na Universidade do Porto pela lei de 27 de agosto, mais precisamente no seu artigo 11.º.

A RENASCENÇA PORTUGUESA E O MINISTRO LEONARDO COIMBRA⁵

Em clima de “boa nova”, nasceu no Porto *A Águia* a 1 de dezembro de 1910, dirigida por Álvaro Pinto e, em breve animada, por Augusto Casimiro, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes.

O “agulismo”, termo empregue por Pinharanda Gomes, assumiu um nítido anti-positivismo e pretendeu ser independente, para adotar “as posições de imparcialidade crítica que a evolução política necessitava; e neste apelo a uma posição anti-ideológica se terão esboçado os primeiros sinais das cisões futuras. No entanto, o clima mostrava-se favorável à atribuição das deficiências da vida portuguesa aos sistemas instructo-educativos e *A Águia* fez acentuar esse aspecto, preconizando uma profunda e vasta reforma da instrução, reforma essa pela qual os cidadãos deviessem funcionais para os fins que a nação tinha de se propor”⁶. Refira-se a propósito, que este pendor pedagógico dos “agulistas” fora herdado da *Nova Silva* e de *Os Amigos do ABC*. A primeira foi uma revista aparecida em fevereiro de 1907 (dirigiram-na Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Álvaro Pinto e Cláudio Basto), que se propôs, evitada de anarquismo, defender a suprema Liberdade (sem omitir a Justiça e a busca da Verdade), intuito, aliás, bem expresso e definido no artigo *O Homem Livre e o Homem Legal* de Leonardo “aprendiz de filósofo” (este e outros textos revelam-nos já as linhas básicas e perenes do pensamento do seu Autor). O segundo consistiu num centro doutrinário e de combate, proposto em 1908 (algum tempo depois da famosa greve académica, que marcara o fim da revista precedente) e empenhado na tarefa de remodelar a imagem e a natureza da Universidade dentro de um secreto idealismo romântico e de uma perspectiva antipositivista, unidos “a uma peculiar concepção espiritual da vida e do universo, que irá encontrar o seu maior esplendor na «Renascença Portuguesa”⁷. E quando ele acabou, os homens que o criaram (os mesmos da *Nova Silva*, salvo Álvaro Pinto e Cláudio Basto, “substituídos” por Augusto Martins) passaram-se para *A Vida*, semanário de doutrinação anarquista, onde Leonardo Coimbra deixou mais vestígios do seu filosófico interesse pela “Existência, pelo Homem e por Deus”, a par de uma crítica ao positivismo de Alfredo Pimenta⁸.

⁵ Este ponto foi elaborado com base num artigo, em larga medida aqui reproduzido, publicado na revista de cultura da Câmara Municipal de Braga em : SILVA, Armando Malheiro da (1982) - Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano: *Bracara Augusta*. 36:71-82 (94-95) (jan.-dez.) 433-448. Ver ainda, como complemento indispensável, porque mais atual: PEREIRA José Esteves (2013) - A Renascença Portuguesa e a República. In *Figuras da Cultura do Porto nas comemorações da República : atas das conferências*. Porto: Centro Nacional de Cultura, Núcleo do Porto, p. 89-103.

⁶ GOMES, Pinharanda (1979) - *O Pensamento Português*. Lisboa : Edições do Templo, vol. 4, p. 176-177.

⁷ SPINELLI, Miguel (1981) - *A Filosofia de Leonardo Coimbra : o Homem e a Vida, dois termos da sua Antropologia Filosófica*. Braga: Faculdade de Filosofia, p. 47.

⁸ É visível essa crítica nos seguintes artigos: *A Inquisição positivista*. 1 (3 jan. 1909), onde Leonardo Coimbra contesta a tese de Pimenta sobre a legitimidade e eficácia social da pena de morte e *O Sociólogo Alfredo Pimenta*. 22 (30 maio 1909) e 24 (13 jun. 1909), em que é feita uma crítica cerrada e polémica às conceções de A. Pimenta.

Mas voltemos à *Águia*, núcleo gerador e, depois de 1912 em diante, órgão oficial da *Renascença Portuguesa*. A leitura atenta da 1.^a série (1910-1911) comprova as palavras de Pinharanda Gomes supra transcritas, e permite algumas considerações. Assim, salienta-se já que nela se nota, por trás do pretendido distanciamento mítico em relação ao poder⁹, uma coruscante euforia transbordando idealismo, na qual firmou os seus projetos renovadores. Como arauto, que se prezava de ser, vêmo-la, pois, a desenhá-los e a apostar quer no patriotismo habilmente empregue pelos estrategas da República, quer na urgência de uma elite, ilustrada por Teixeira de Pascoaes com o conceito – visível, segundo ele, em Tolstoi – do “Homem-Superior” de raiz evolucionista. Entrevê-se, também, nela um certo tipo de abordagem, mais desenvolva e nítida na série posterior, problematizadora dos temas científicos, que, por exemplo, um Abel Salazar seguiu, mas com intuítos diversos. A par disto, apercebemo-nos ainda de um aspeto, aparente pormenor inexpressivo, que, num encaixe vanguardista, esconde o ensaio tímido de inverter a palavra como instrumento mental: trata-se da alteração da grafia arcaica feita pelos “aguilistas” nos primeiros números.

No ano de 1912 surgiu a *Renascença Portuguesa*, apoiada na 2.^a série de *A Águia*, finda em 1921, que teria como colaboradores Teixeira Rego, Raul Proença, António Sérgio, Sampaio Bruno, Teófilo Braga, Fernando Pessoa... e, a partir de outubro, no quinzenário de inquérito à vida nacional *A Vida Portuguesa*. Os “aguilistas” davam, assim, um passo importante para aplicarem na prática, e apesar da sua diversidade, as soluções possíveis aos problemas de índole educativa, política e social. A imagem da Pátria tinha, na sua ótica nem sempre comum, de ser renovada com a ação persistente e justa da República, continuadora das medidas sensatas até aí tomadas. Mas, contra isto, manifestaram-se a demagogia dos democráticos, a oposição destrutiva de evolucionistas e unionistas, o caos económico e muitos outros males – nuvens cinzentas a escurecer a esperança de um Portugal renascido.

A 10 de agosto de 1912 Leonardo Coimbra concedeu ao *Mundo* uma entrevista sobre o espírito e objetivos da *Renascença Portuguesa*, assaz eloquente quanto à força anímica e ambiciosos projetos que estimulavam os «aguilistas», numa época em breve marcada pelo apocalipse... Atente-se nas seguintes palavras:

(...) A Renascença Portuguesa deseja dar uma finalidade á vida nacional. Temos vivido na embriaguez do combate á deshonestidade administrativa e todo o esforço moral se tem afirmado nesse sentido. A precipitação da luta, quando se condensava em volta da questão política, fez que a evangelização se limitasse ao castigo do roubo, que era a permanente

⁹ A defesa da liberdade religiosa por Leonardo Coimbra contra o feroz anticlericalismo republicano exemplifica bem esse distanciamento.

forma de governação monarchica. Os padres videiros, utilitarios e materialistas aliaram os seus interesses aos interesses do trono. Deste modo, a revolta contra os governos demoralizados atingiu o catolicismo materialista e ateu. (...) Agora, destruído o passado e distendido o esforço de defender a República ameaçada, é preciso impedir a dissolução das vontades pela criação de um ideal colectivo, que seja ao mesmo tempo uma indubitável afirmação das eternas forças do espirito.

E depois de se referir ao sucesso que esse novo movimento estava a ter, apontou o razoável número de sócios e o saldo positivo da revista, disse sobre os projetos de futuro:

(...) Em outubro reabriremos a Universidade Popular com cursos completos; abriremos aulas nocturnas de instrução primaria para crianças e adultos e iniciaremos a publicação de um quinzenario em que se estudem os diferentes problemas nacionais, de forma concreta e precisa. Para esse fim estão organizadas quatro comissões que estudarão, em todos os seus aspectos, os problemas religioso, educativo, económico e social. Tencionamos ainda promover grandes festas de Arte e consagração e levar ás terras do norte, que tão carinhosamente nos está acolhendo, a palavra dos oradores e conferentes da vulgarização da obra da Renascença¹⁰.

Esta seguirá, pois, o caminho da instrução popular e da atividade social concreta com o fito imediato do renascimento nortenho. Para além disto saliente-se ainda o seu “carácter religioso, ao mesmo tempo hermético e ecuménico: hermético, pois era patente a sua profunda inspiração lusíada, quase ráica, ecuménico pelas suas veementes ansiedades de ondem transcendente”¹¹.

Da entrevista de Leonardo Coimbra se infere, portanto, o propósito de renascer Portugal com a República e, de facto, este propósito foi mantido pela *Renascença Portuguesa*, que não deixou de se empenhar profundamente na vida política, sobretudo de 1912 a 1915. Neste período ela promoveu, em certa sintonia nos anos de 1913-14 com o governo de Afonso Costa, os inquéritos do quinzenário *A Vida Portuguesa* em quatro níveis essenciais: o religioso, o pedagógico, o económico e o social. Contudo, só nos dois primeiros é que o trabalho das respetivas comissões e as medidas propostas atingiram forma, unanimidade e alguma eficácia; pode mesmo dizer-se que a “Renascença” desencadeou no campo instructo-educativo um processo modelar, para o qual contribuíram excelentes pedagogos como um Leonardo Coimbra, um António Sérgio ou um Jaime Cortesão. Este último referindo-se à Universidade Popular do Porto em 1913 – ano em que nasceram as da Póvoa de Varzim e de Vila Real – escreveu:

¹⁰ A *Renascença Portuguesa*, entrevista dada por Leonardo Coimbra a: *Mundo*. 11:4.283 (10 ago.1912).

¹¹ DIONÍSIO, Sant’Anna - Instantes de Mística Catálise e de Sibilina Profecia. *Nova Renascença*. 1:1 (out. 1980) 8.

(...) A nossa Universidade Popular do Porto abriu na sua sede cursos especiais em tal número que em cada dia ha trez e quatro aulas e, o que é mais significativo, frequentadas na quasi totalidade pelo máximo número de alunos que as nossas salas comportam, que ainda, postas as reservas da higiene e as prescrições pedagógicas, não vai alem de vinte para cada curso.

(...) Nestes cursos especiais o pequeno número de alunos permite já uma lição conversada, em que o professor vai guiando para a conquista da verdade as curiosidades que livremente inquirem, num desejo, numa ância fora de todas as peias.

O que este ensino é de fecundo em lições de solidariedade, de respeito mútuo, actividade generosa e desejo ideal a acendrar a vida, é bem escusado encarece-lo. A melhor prova dessa acção educativa está em que muitos dos alunos dos nossos cursos sentem desde já a vontade afirmada de trabalhar na obra da Renascença.

Sim, é bem certo que uma parte das nossas classes médias está invadida de egoísmo, desconfiança, e dum estreito, obsidiante pensamento de luta pela vida, não dando á realização dum ideal colectivo, único distintivo das sociedades superiores, as que deixam o seu nome na história, aquela porção de ardente energia de que esses ideais teem que se alimentar para resistir sobre a Terra (...) ¹².

Acrescente-se a isto uma nota de interesse: os cursos especiais noturnos dessas Universidades iam do “Português e literatura portuguesa” até à “Música”, passando pela “Ortografia”, “Contas para o Comércio”, “Escrituração Comercial”, “Trabalhos manuais educativos”, “Modelação em barro”, “Contabilidade” e “Noções de Ciências”; o limite máximo de alunos era de 12, a duração oscilava entre 3 ou 4 meses “conforme o aproveitamento obtido” (os de “Ortografia” durariam apenas 9 lições), a inscrição fazia-se por quota mensal de 100 a 500 réis e a perda de frequência ocorria se fossem dadas três faltas consecutivas.

No plano religioso o grande objetivo consistiu em elaborar uma síntese vivificadora da religiosidade humana; para isto muito contribuíram Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes. Mas no que concerne à problemática socioeconómica e à política propriamente dita houve falhas importantes denunciadas por António Sérgio nas entrelinhas dos textos polémicos sobre o saudosismo de Pascoaes. Para ele e para Raul Proença não bastava que os “renascentes” ensinassem economia, sociologia e história, sugerissem soluções teóricas e pontuais para os problemas da indústria, do comércio e do trabalho, analisassem na «Águia» (2.ª série) ou em *A Vida Portuguesa* a situação política, refletissem em números especiais sobre a Guerra e sobre outros temas graves...; acompanhando isto devia ser criada uma dinâmica funcional, e proposto um sistema acutilante capaz de erguer nas hostes republicanas alternativas não só pedagógicas, mas também sociais e econó-

¹² CORTESÃO, Jaime (1913) - Questões Educativas : as Universidades Populares, as classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto. *A Vida Portuguesa*. 8 (18 fev.) 58-59.

micas às doutrinas perniciosas, como a do Integralismo Lusitano. Sérgio e Proença discordaram da inflexão demagógica que a República foi tomando, criticaram-lhe o “verniz burguês” e proclamaram bem alto a urgência de um novo rumo; exigiam, por isso, que a “Renascença” quebrasse a sua nociva passividade – misto de contemplação estática e de ausência – e desse um contributo à altura dos seus méritos, colaborando em bloco, por imperativos de ordem nacional, com a República renascida após os revezes monárquicos de 1919 – ao lado de Domingos Pereira ou em governos de concentração.

Durante o período de guerra, o movimento “renascente” desfaleceu imenso como é confirmado pelo depoimento de António Salgado Junior:

A florescência extraordinária da atividade inicial entrou, pois, a definhar por 1915 e 1916. A própria *Águia* viria a ser atingida, a ponto de, ao findar deste ano de 1916, Teixeira de Pascoas se retirar da sua direção e tornar-se forçoso que Álvaro Pinto tomasse o lugar daquele e empregasse suas capacidades de administrador para tentar a sobrevivência da associação e da revista. Mas também este viria a sofrer pessoalmente as dificuldades que a todos afligiam, e resolveu tentar vida no Brasil, para onde partira em meados de 1917. Não estava, porém, no seu plano, dar por findos os seus esforços em relação à associação, mas sim estabelecer uma espécie de entente entre esta e as empresas em que iria lá envolver-se (a Lusa-Brasileira, o Anuário do Brasil); pelo que respeita à *Águia*, propusera-se organizar, compor e imprimir-lhe os números e de lá os remeter já prontos para a distribuição pela *Renascença*. O processo começou a efectivá-lo em 1917 e estaria em curso até meados de 1921. Ora naturalmente se calculam as consequências dum tal processo, que a *Águia* documenta: as dificuldades financeiras impunham economias restritivas e o que chegava a Portugal eram, infelizmente, uns magros fascículos de papel inferior, acumulando num só os números de vários meses, preenchidos em grande parte à custa de colaboradores brasileiros e de uma vasta série de contos extraídos de jornais franceses, em tradução de António Arroio, a pretexto de que exprimiam os novos tempos e a sua literatura. (...)

Como se vê, a sobrevivência da Associação era coisa difícil, mas, como quer que fosse, ia permanecendo através das contrariedades. Entretanto, a Grande Guerra acabou, como se sabe, em fins de 1918, e aconteceu o habitual em casos destes: a um imenso suspiro de alívio alia-se uma imensa fome de reconstrução. Datam daí as primeiras esperanças alimentadas por alguns sócios da *Renascença* de que fosse possível uma revitalização da sociedade e da sua revista. Já era alguma coisa com que contar; e, de facto, essas esperanças estiveram na base duma recuperação iniciada em 1921 (ano em que *A Águia* voltou a organizar-se, compor-se e imprimir-se em Portugal) e concretizada em 1922 (ano em que essa revista toma de velhos sócios nova direção e inaugura a sua 3.^a série)¹³.

¹³ SALGADO JUNIOR, António (1980) - Memória breve duma inscrição na “*Renascença Portuguesa*”. *Nova Renascença*. Porto. 1 (outono) 11-12.

Mas apesar de um desfalecimento grave e óbvio, os “renascentes” mantiveram-se vivos e ativos, inclusive lançando reptos de firme reativação em prol da República como o atrás citado, e, embora seja necessário buscar mais informação coeva indispensável à corroboração desta hipótese, isso sucedeu efetivamente, como se depreende destas breves palavras de José Esteves Pereira:

Quanto à *Águia*, a partir de 1922, em 3.^a série, será dirigida por Leonardo Coimbra. Teixeira de Pascoaes continua a colaborar embora episodicamente. Esta segunda vaga renascente, com a presença e a liderança do filósofo do criacionismo tentará articular o projeto educativo da Universidade Popular com o espírito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entretanto criada. Depois, a “Renascença” e a 4.^a série de *A Águia*, seguindo a sorte da extinção definitiva da iniciativa universitária portuguesa acabam em 1932¹⁴.

Coube, pois, a Leonardo Coimbra um papel importante¹⁵ através, entre outros, de dois atos claramente reanimadores do “espírito” e da influência local e regional da *Renascença Portuguesa*: assumindo a direção da Faculdade de Letras criada na Universidade do Porto e elaborando um programa de ação para a Universidade Popular do Porto¹⁶, entretanto, reaberta.

Sobre o programa sumário elaborado por Leonardo Coimbra para a UPP e publicado na *A Águia* de 1922, importa destacar as suas linhas mestras, que refletem o pensamento pedagógico do “mestre” (assim enaltecido e lembrado por seus discípulos). O propósito principal da ação desse estabelecimento de formação de trabalhadores (jovens e adultos), paralelo ao ensino oficial, era que fosse uma “enciclopédia do saber humano, entendendo pela palavra saber não o acto passivo de recolher muito material de conhecimento, mas o exercício da actividade de formular e construir juízos”. Esta premissa conduzia a outra: “Depois da Razão humana tomar posse do novo saber, este, como todas as ideias, tende para o acto, incorporando-se no sistema da Razão prática ou categorias da conduta: mas, antes que tente a acção complexa de adaptação ao meio soial, experimenta-se, realizando-se nas condições

¹⁴ CORTESÃO, Jaime (1913) – *Questões Educativas...* (*Ob. cit.*)

¹⁵ No artigo de 1982, admitia que Leonardo Coimbra procurou reativar a “Renascença Portuguesa” e terá aceite ser Ministro da Instrução no Governo de Domingos Leite Pereira como “renascente”, ou seja, imbuído do respetivo ideário e representante do lastro mobilizador dessa Associação Cultural portuguesa (SILVA, Armando Malheiro da (1982) - *Ob. cit.*, p. 444). E mais adiante era mais explicito, ainda que breve: “E se, enquanto filósofo, foi pedagogo, enquanto Ministro da Instrução Pública, em 1919 e 1923, e deputado em 1924, incidiu quase exclusivamente sobre a temática educativa propondo, criando e defendendo o célebre “projecto” da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e instituindo a liberdade do ensino religioso nas escolas não oficiais” (SILVA, Armando Malheiro da (1982) - *Ob. cit.*, p. 476).

¹⁶ Sobre as Universidades Populares, sua génese e missão ver: CASULO, José Carlos - *As Universidades Populares da “Renascença Portuguesa”*: teoria e práticas. In *A “Renascença Portuguesa”*: pensamento, memória e criação, *ob. cit.*, p. 622-642.

simplificadas do ideal estético”. O que, afinal, se pretendia era que o aluno “companheiro de trabalho de todos os professores da Universidade, repita em si os actos de julgar, que, frente à experiência científica, fará cada professor em cada lição”¹⁷. Em palavras atuais o objetivo era dotar os alunos de capacidade crítica e de um conhecimento articulado entre a teoria e a prática, claramente nos antípodas do ensino de “sebenta” e dogmático, muito conotado com o que se praticava nas margens do Mondego.

Coimbra e a sua Universidade não tardaram a ficar na mira dos republicanos indignados e sobressaltados. A frustrada restauração monárquica criou uma oportunidade única para devolver ao Porto o protagonismo de salvar e regenerar a República com as armas da Educação e do Pensamento criador. Uma oportunidade muito bem explicada por Norberto Cunha em estudo recente sobre Leonardo Coimbra e a 1.^a República:

Já surpreendente e chocante (para aqueles que sabem que tantas vezes exorcizou o dogmatismo e o fanatismo, ao ponto de abandonar o Governo de António Maria da Silva, no início de 1923, por causa desses preconceitos...) foi ter afirmado que jamais nomearia, para o ensino oficial, salvo por engano, um professor que não fosse de “indefectível fê republicana”. Mas a controvérsia sobre o ensino que o envolveu veio de outras bandas: o seu ataque à Universidade de Coimbra. A investida, porém, não foi extemporânea nem estava “fora do baralho” das intenções do Governo. Recordemos que Sidónio visitara a Universidade de Coimbra em 1918, e nela fora recebido pelo seu corpo docente, com cortejo “charamelas e festejos”, que faziam lembrar a Idade Média (no dizer de Alves dos Santos), tendo então o dr. António Ribeiro de Vasconcelos, na “linguagem cantada das rubricas do missal”, feito “a apoteose do abençoado 5 dezembro” (nas suas próprias palavras). A Universidade de Coimbra – com verdade ou sem ela – era, então considerada, pela opinião republicana, não apenas uma alforja de monárquicos e de sidonistas (protegidos pelas courelas da autonomia universitária) mas um bastião e um espelho do “anacronismo científico e pedagógico”. Não foi, pois, uma surpresa que Domingos Pereira, ainda ministro da Instrução Pública de José Relvas, afastasse do serviço universitário, embora com moderação mas energicamente, alguns professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, reconhecidos, publicamente, como inimigos da República. O argumento para o fazer – como dizia o Mundo – era a instrução, numa República, não dever estar nas mãos dos reacionários, não dever ser ministrada “por criaturas de critérios obsoletos, usando e abusando da cátedra”, pois se o futuro da República e da Pátria dependia da formação da mocidade, então havia que fazer uma “limpeza” nas escolas, mais necessária do que na magistratura e nas forças armadas. (...)

Ora é neste “carrocel” que se encaixa o ataque de Leonardo à Universidade de Coimbra. Embora lhe reconhecesse – como disse numa entrevista, que é a primeira dada como ministro da Instrução Pública – altas competências individuais, era, contudo, da opinião, que no seu conjunto, a Universidade estava longe de ser – como devia – a parte mais lúcida e nobre da consciência nacional. E apontava a atitude coletiva de “indiferença” que a Universidade tivera perante a guerra europeia (...) e deixou o aviso de que faria reformas, com vista a remodelar e aperfeiçoar a Universidade, embora auscultando, precisamente,

¹⁷ COIMBRA, Leonardo (1922) – A Universidade Popular do Porto. *A Águia*. Porto. 1:5, 166-167.

os homens de ciência e os mais sábios. E cumpriu a promessa. Fez reformas. Mas, ao que parece – segundo Alves dos Santos – não terá auscultado ninguém. O seu primeiro acto reformista foi o decreto n.º 4:491 de 2 de Maio, pelo qual reformou a secção filosófica da Faculdade de Letras de Coimbra, criando ao mesmo tempo dois novos lugares de professores, que não tardaram a ser preenchidos, se que os órgãos competentes da Universidade fossem, previamente, auscultados sobre essas nomeações, nem lhes fosse enviado sequer um breve curriculum vitae dos nomeados. (...) Melindrados pela alegada violação da autonomia pedagógica e científica da Universidade, os professores da Faculdade enviaram ao Ministro, em 14 de Maio, uma respeitosa e fundamentada representação de protesto (...) O Ministro não gostou do protesto, entendeu-o como uma censura à sua decisão e uma velada suspeição sobre o mérito dos professores nomeados. E respondeu com o decreto de 19 de Maio, onde além de considerar o reitor Mendes dos Remédios, o principal responsável pela alegada ofensa que a Faculdade de Letras lhe fizera, o demitia do seu cargo. Mas o decreto também anunciava que o Governo, oportunamente, iria tomar as necessárias medidas para que a Faculdade não reincidisse nos seus protestos. E tomou. Pelo decreto com força de lei n.º 770 (a que teve de dar-se a data de 19 de Maio, verificando-se, assim, a curiosa anomalia, de ser censurada, em 19 de Maio, uma Faculdade que foi extinta em 10, por um suposto delito só praticado a 14!), Leonardo Coimbra mandou desanexar a a Faculdade de Letras de Coimbra e substitui-la por uma Faculdade Técnica¹⁸.

Houve muita pressa e uma certa trapalhada formal em castigar os insolentes professores de Coimbra e Leonardo Coimbra cumprira como Ministro a lição exemplar que Coimbra mostrara merecer. Surge, entretanto, novo Governo, mais retintamente “democrático”, e a pasta da Instrução passa para as mãos do Dr. Joaquim de Oliveira, responsável nominal pela criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, através de lei de 27 de agosto desse ano, e pela nomeação para seu diretor do anterior Ministro da Instrução, Leonardo Coimbra. Percebe-se, assim, que a oportunidade criada foi aproveitada e, em face do que tem sido também investigado, pedida pelas “forças vivas” do Porto, cuja Universidade, fundada em 1911, logo após a instauração da República, foi constituída, ao contrário da de Lisboa (nascida oficialmente no mesmo ano) com os estabelecimentos já existentes: a Academia Politécnica e a Escola anexa de Ciências originaram as Faculdades de Engenharia e de Ciências, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola anexa de Farmácia originaram as Faculdades de Medicina e de Farmácia. Direito e Letras não incluíram a paleta de áreas ministráveis e, assim, surgira na cidade invicta uma Universidade truncada, o que desagradou e não deixou de ser lido como uma ofensa aos brios e direitos das gentes do Norte.

¹⁸ CUNHA, Norberto Ferreira da - Leonardo Coimbra e a 1ª República. In *Figuras da Cultura do Porto...* (ob. cit.), p. 142-144.

UMA FACULDADE “RENASCIDA” PARA FAZER “RENASCENTES”

As Faculdades de Direito continuariam a existir só a sul do Douro, mas a de Letras nasceria, desta vez, no Porto. E com que figurino?

O decreto com força de lei de 9 de maio de 1911 aprovava a estrutura curricular das Faculdades de Letras ao tempo existentes no País. Uma estrutura composta por seis secções ou cursos e dentro destes figuravam, naturalmente, as disciplinas distribuídas por seis grupos, como se pode ver nos quadros adiante. Havia, também, cursos anexos de Sânscrito, Hebreu e Árabe. As Faculdades de Letras, por disposição desse diploma, lecionavam ainda o Curso de Habilitação ao Magistério Superior. Havia também a possibilidade dos alunos se candidatarem ao Magistério Primário da Escola Normal. A frequência e aprovação em cada um dos cursos elencados habilitavam os candidatos aos exames de Bacharelato e de Doutoramento. O corpo docente era composto por Professores Ordinários, Extraordinários, Contratados e Assistentes.

Vale a pena, ainda, complementar com o dado de que um ano antes da extinção da primeira FLUP, pelo Decreto n.º 12.426, de 2 de outubro de 1926, foi promulgado o *Estatuto da Instrução Universitária* através do qual se agruparam as áreas do saber em três secções: Ciências Filológicas; Ciências Históricas e Geográficas; e Ciências Filosóficas.

Quadro n.º 1 – Secção ou Curso de Filologia Clássica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Curso Elementar de Grego História Antiga Língua e Literatura Latina
2.º	Língua e Literatura Grega Língua e Literatura Latina História Medieval História de Portugal Epigrafia Geografia de Portugal e Colónias
3.º	Língua e Literatura Grega Língua e Literatura Latina História da Literatura Portuguesa Paleografia Arqueologia História da Filosofia Medieval
4.º	Língua e Literatura Grega Gramática Comparada do Grego e do Latim Gramática Comparada das Línguas Românicas História da Literatura Portuguesa História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 2 – Secção ou Curso de Filologia Românica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Língua e Literatura Francesa Curso Elementar de Grego Língua e Literatura Latina
2.º	Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês Língua e Literatura Latina História Medieval História de Portugal Epigrafia Geografia de Portugal e Colónias Filologia Portuguesa
3.º	História da Literatura Portuguesa Latim Medieval e Bárbaro História Moderna e Contemporânea Paleografia Arqueologia
4.º	História da Literatura Portuguesa Literatura Espanhola e Italiana Gramática Comparada das Línguas Românicas Gramática Comparada do Grego e do Latim História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 3 – Secção ou Curso de Filologia de Germânica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês
2.º	Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão História Universal Geografia de Portugal e Colónias História de Portugal
3.º	História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Língua e Literatura Alemã Curso Prático da Língua Alemã História Moderna e Contemporânea História da Filosofia Moderna e Contemporânea Curso Prático de Inglês
4.º	Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão Gramática Comparada das Línguas Germânicas História da Literatura Portuguesa História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 4 – Secção ou Curso de Ciências Históricas e Geográficas

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Geografia Geral História Antiga Propedêutica Histórica Latim Medieval e Bárbaro Geografia Física
2.º	História Medieval História de Portugal Epigrafia Curso de Cartografia e Elementos de Topografia Geografia de Portugal e Colónias Antropogeografia Geral Etnologia História da Filosofia Antiga Lógica e Moral
3.º	História Moderna e Contemporânea História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa Paleografia Arqueologia Geografia Política e Económica História da Literatura Portuguesa História da Filosofia Medieval História da Filosofia Moderna e Contemporânea
4.º	Diplomática Numismática e Esfragística História das Religiões História Geral da Civilização História da Literatura Portuguesa Estética e História da Arte

Quadro n.º 5 – Secção ou Curso de Ciências Filosóficas

Anos	Disciplinas
1.º	Psicologia Geral Curso Elementar de Grego Filologia Portuguesa Propedêutica Histórica História Antiga História de Portugal
2.º	Lógica e Moral Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História Medieval História de Portugal Geografia de Portugal e Colónias Etnologia
3.º	História da Filosofia Antiga História da Filosofia Moderna e Contemporânea História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Alemã Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História Moderna e Contemporânea
4.º	Psicologia Experimental História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Língua Alemã Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Língua Inglesa História das Religiões História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro nº 6 – Cursos Especiais de Habilitação ao Magistério Primário Superior para os candidatos da Língua Portuguesa e Francesa

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa Literatura Portuguesa Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês História de Portugal
2.º	Literatura Portuguesa Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês História de Portugal

Quadro nº 7 – Para os candidatos da Língua Inglesa

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História de Portugal
2.º	Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História de Portugal História Geral da Civilização

Quadro nº 8 – Para os candidatos ao Magistério de Geografia, de História Geral, História de Portugal e Motivação Moral e Cívica

Anos	Disciplinas
1.º	Literatura Portuguesa História Antiga História Medieval História de Portugal Geografia Geral
2.º	Literatura Portuguesa História Moderna e Contemporânea História de Portugal História Geral da Civilização História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa Geografia de Portugal e Colónias Geografia Política e Económica

Através desta estrutura curricular, fixada em 1911 e replicada em 1919 na Faculdade de Letras transferida de Coimbra para o Porto, não se descortina inovação nenhuma. No entanto, sob a mesma forma curricular, que em Coimbra e em Lisboa se ajustou bem a um ensino de cariz tanto conservador, como positivista ou eivado de “cientificismo finissecular”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a marca do pensamento “renascente” e criacionista de Leonardo Coimbra haveria de constituir a diferença e a singularidade, formando discípulos e gerando a semente da “Filosofia Portuguesa”. E esta marca não se sentiu só no curso filosófico, estendendo-se também aos Cursos de Filologia e menos ao das Ciências Históricas e Geográficas, porque aí se avaliarmos o que foi a produção científica, por exemplo de Damiano Peres (amigo de Leonardo Coimbra), com a sua famosa História de Portugal ou “História de Barcelos”, constata-se o recurso a uma perspetiva historiográfica contidamente republicana e indisfarçavelmente positivista ou “acontecimentalista”. Aliás, é interessante notar que no volume das comunicações apresentadas no *Congresso Internacional Pensamento, Memória e Criação no Primeiro Centenário da ‘Renascença Portuguesa’ (1912-2012)*, realizado de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2012¹⁹, a ação docente ou a produção de Damiano Peres não são tratadas – ficaram ausentes.

Em contrapartida, nesse recente repositório de análises atualizadas sobre esse importante movimento filosófico, cultural e político, surgido no norte

¹⁹ Ver: A “Renascença Portuguesa” (ob. cit.).

mas com ilustres membros conotados com Lisboa (António Sérgio, Raul Proença ou Jaime Cortesão), podemos encontrar, além do inevitável (re)exame da obra de Leonardo Coimbra, mentor e criador político da 1.^a FLUP, e além das polémica sobre o Saudosismo entre Teixeira de Pascoaes e António Sérgio ou do pensamento de Raul Proença, figuras que não estiveram ligadas à FLUP, comunicações sobre docentes e alunos de Letras que comprovam a vocação “renascente” dessa Faculdade. Da sua curta existência não sobrou pouco – sobrou uma “escola de pensamento” e uma mentalidade pedagógica –, graças ao facto de o projeto institucional, surgido em 1919, emergir de um movimento associativo e intelectual, nascido sete anos antes e, por isso, beneficiou de um lastro filosófico, pedagógico e ideo-político capaz de gerar frutos. Mas o que não pode deixar de causar espanto é a presença, no corpo docente, do polémico e controverso Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943), que foi uma espécie de coveiro da Faculdade de Letras, e cuja incorporação no respetivo quadro funcional deve merecer uma esclarecedora análise. E enquanto esta não surge, atente-se na biografia disponível na plataforma Sigarra da U.Porto – auxiliar precioso para o desiderato que nos propusemos:

Já durante o Sidonismo, regressou a Portugal, sendo eleito deputado pelo círculo de Timor e convidado por António de José de Almeida para prestar funções na recém-criada 1.^a Faculdade de Letras do Porto, como professor contratado do 4.^o Grupo (Ciências Históricas). A 26 de Setembro de 1921, findo os dois primeiros anos de contrato, foi nomeado professor ordinário (catedrático, em 1926), regendo as cadeiras de História de Portugal, de História Antiga, de História Medieval, de História Moderna e Contemporânea, de História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, de História Geral da Civilização e de História Universal.

Entre 1923 e 1926 lançou um forte ataque contra a 1.^a Faculdade de Letras do Porto e todos os seus elementos, durante a célebre e funesta campanha que ficou conhecida por “Homem Cristo”. Nascida a propósito de uma questão disciplinar com alunos, numa das suas aulas, esta polémica estendeu-se rapidamente à figura de Leonardo Coimbra e à dos restantes docentes, suspeitando-se de irregularidades no ensino ministrado. Homem Cristo acabou por abandonar as suas funções de docente na Faculdade de Letras, indo exercer o cargo de deputado por Aveiro, de presidente da Associação Comercial e Industrial e da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro (1925-30). Envoltas nesta campanha difamatória, surgiram as primeiras propostas de extinção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com a vitória do Estado Novo, retomou a carreira docente universitária, tendo-se aposentado em 26 de Janeiro de 1931, último ano de funcionamento daquela Faculdade, após o anúncio da sua extinção, em 1928.

Descrito pelos seus conterrâneos como figura de personalidade reacionária e extremamente volátil, encetou, ao longo da vida, diversas polémicas com figuras de diferentes fações políticas e culturais, incluindo o próprio filho, Homem Cristo, filho, jornalista com projeção internacional e amigo pessoal de Mussolini. Faleceu na sua cidade natal, a 25 de Fevereiro de 1943 (Universidade Digital, Gestão de Informação, 2008)²⁰.

²⁰ Ver: Francisco Manuel Homem Cristo. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20homem%20cristo [acesso 10-6-2020].

Mas voltemos ao Congresso Internacional sobre a *Renascença Portuguesa*: para destacarmos o contributo sobre o pensamento ético de Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944)²¹, nascido e falecido em Lisboa e que no Porto e na primeira Faculdade de Letras desenvolveu a sua atividade filosófica, tendo sido o Diretor interino da FLUP, quando Leonardo Coimbra esteve ausente a exercer funções ministeriais; para conhecermos a doutrinação estética e a pedagogia de Aarão de Lacerda²²; para melhor entendermos o profundo interesse e domínio das literaturas helénica e alemã, assim como a docência de Ângelo Ribeiro²³ (professor na FLUP, de 1921 a 1931); para explorarmos a condição de Teixeira Rego²⁴ no pensamento português. É no que respeita a discípulos, ter em conta a obra de Álvaro Ribeiro²⁵, José Marinho, Agostinho da Silva²⁶, Sant'Anna Dionísio²⁷ e Adolfo Casais Monteiro²⁸. Docentes e alunos, através das suas ideias e ação, comprovam o vínculo entre a *Renascença Portuguesa* e a Faculdade de Letras da Universidade. Vale, por isso, a pena, a concluir, uma chamada de atenção para as suas biografias, realçando, apenas, alguns aspetos relevantes e comprovantes de tal vínculo e da amizade que uniu algumas figuras ao mentor do projeto formativo, universitário e público – Leonardo Coimbra.

Como foi constituído o corpo docente da 1.ª FLUP? As biografias dos docentes coligadas e disponíveis na plataforma Sigarra da U.Porto respondem bastante bem à pergunta.

Sobre o já atrás referido Newton de Macedo, basta, talvez, salientar o seguinte:

Como professor de Filosofia no Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa, desde 1916, conheceu Leonardo Coimbra e com ele estabeleceu uma fértil convivência profissional e intelectual que acabaria por se transformar numa amizade duradoura.

Aquando da primeira passagem de Leonardo Coimbra pela pasta da Instrução Pública,

²¹ CUNHA, Jorge Teixeira da - O Pensamento ético de Newton de Macedo. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 227-238.

²² PEREIRA, José Carlos - A Doutrinação estética e a pedagogia de Aarão de Lacerda. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 239-258.

²³ MARTINS, Manuela Brito - Ângelo Ribeiro : da nostalgia da Grécia ao Romantismo alemão. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 295-318.

²⁴ LOPO, Rui. - Condição de Teixeira Rego no Pensamento Português. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 205-226.

²⁵ CUNHA, Rodrigo Sobral - Os Renascentes: Álvaro Ribeiro e a "Renascença Portuguesa". In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 359-266; GOMES, J. Pinharanda - No primeiro centenário de "O Criacionismo" : a leitura de Álvaro Ribeiro. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 267-272.

²⁶ EPIFÂNIO, Renato - Entre Teixeira de Pascoaes, José Marinho e Agostinho da Silva : da "Renascença Portuguesa" à Renascença Lusófona. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 273-280.

²⁷ ARESTA, António Manuel - A Cultura, a democracia e a liberdade em Sant'Anna Dionísio. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 281-289.

²⁸ LEONE, Carlos - Adolfo Casais Monteiro : do Porto para a Modernidade. In *A "Renascença Portuguesa"* (ob. cit.), p. 291-294.

Francisco de Macedo foi nomeado pelo Governo para um dos novos lugares de professor ordinário na Faculdade de Letras de Coimbra. Contudo, na sequência do conflito gerado pela criação da 1.ª Faculdade de Letras do Porto, solicitou a sua transferência para esta nova instituição, iniciando a carreira docente universitária a partir de 18 de Outubro de 1919. Nomeado pouco depois Professor Ordinário do 6.º Grupo (Ciências Filosóficas) e, mais tarde, professor catedrático, ao abrigo do Estatuto da Instrução Universitária de 1926, teve a seu cargo a regência das cadeiras de História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Medieval, História da Filosofia Moderna e Contemporânea, História da Civilização, História das Religiões e de Psicologia Experimental. Por duas vezes eleito e nomeado para Bibliotecário da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1920-1929), serviu ainda como diretor interino durante o afastamento de Leonardo Coimbra para funções governativas²⁹.

A amizade foi, também, critério importante, acrescido do fator “Renasença”, na escolha polémica de José Teixeira Rego (1881-1934).

Contratado como Professor do 2.º grupo – Filologia Românica, em 1919, logo suscitou fortes críticas porque só possuía estudos liceais, que foram aplacadas com o argumento de ter sido uma nomeação governamental, baseada em critério legal do “reconhecimento da idoneidade científica e cultural do candidato”. Concluídos os dois anos de duração desse primeiro contrato, foi reconduzido como Professor Ordinário do mesmo Grupo, sendo-lhe assegurada, em 1925 com a aprovação do Estatuto da Instrução Universitária, a nomeação como Professor Catedrático e nesse mesmo ano, a 12 de fevereiro, o Conselho Escolar da Faculdade de Letras conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras – Filologia Românica. Regeu até ao encerramento da Faculdade, no ano lectivo de 1930-31, as cadeiras de Filologia Portuguesa, Literatura Portuguesa, Filologia Espanhola, Filologia Italiana, Gramática Comparada das Línguas Românicas, Literatura Espanhola e Italiana, História da Literatura Portuguesa e História das Religiões: “Dotado de uma inteligência brilhante e de uma profunda e vasta cultura, assim o disseram os seus conterrâneos, não foi aceite pelos círculos culturais e académicos durante os últimos anos de vida, o que se deveu, por certo, aos ideais republicanos que sempre defendeu. Em 1934, faleceu em Matosinhos, onde trabalhava como simples funcionário administrativo³⁰.”

Por convite expresso de Leonardo Coimbra ingressou no corpo docente da Faculdade, Damião António Peres (1890-1970), que criou laços de amizade com o filósofo portuense, em 1919, quando professor do Liceu Gil Vicente, e, depois de uma missão de estudo a Espanha, França e Suíça, com o propósito de conhecer as instalações liceais para o ensino da Geografia “interrompeu o magistério liceal para exercer funções docentes na recém-

²⁹ Francisco Romano Newton de Macedo. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20newton%20de%20macedo [acesso 10-6-2020].

³⁰ José Teixeira Rego. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20jose%20teixeira%20rego [acesso 10-6-2020].

-criada Faculdade de Letras do Porto, na sequência do convite que lhe foi feito pelo Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra”³¹.

Também Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos (1889-1850), que se cruzou com Leonardo Coimbra, “quando lecionou Física e Matemática no Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa. Na sequência da proposta de reorganização curricular das Ciências Filosóficas apresentada por Leonardo Coimbra quando foi ministro da Instrução Pública (Decreto n.º 5 491, de 2 de Maio de 1919), foi nomeado pelo Governo para o lugar de Professor Ordinário na Faculdade de Letras de Coimbra. Porém, após o conflito surgido entre o Governo e esta Universidade, solicitou a sua transferência para lugar equivalente na recém-criada Faculdade de Letras do Porto, no início do ano letivo de 1919-1920. Encarregado de reger as cadeiras de *Psicologia Experimental* e de *Psicologia Geral*, a sua carreira docente universitária foi interrompida pelo exercício de outras funções”³².

Assim como Luís Alfredo Pires Cardim (1879-1958), sobre o qual importa saber que:

Dedicou-se ao magistério liceal das línguas inglesa e alemã, tendo integrado o corpo docente do Liceu Nacional de Bocage, em Setúbal, entre 1904 e 1910. Frequentou, então, cursos universitários de Psicologia, Fonética e Literatura Inglesa em Londres, tendo sido aluno dos professores Adams, Daniel Jones, Israel Gollancs e W. H. Hudson. Mais tarde, deslocou-se à Alemanha onde se especializou em Fonética Experimental e Metodologia, sob orientação dos professores Panconzelli-Calzia, Viëtor e Max Walter. Sistematizou esta experiência no relatório de estágio e em diversas conferências que proferiu, nunca tendo deixado de procurar pôr em prática os conhecimentos apreendidos. Em 1919, por convite de Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução Pública, assumiu funções como professor contratado do 3.º Grupo (Filologia Germânica) na recém-criada Faculdade de Letras do Porto, funções que acumulou com a docência no Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno (actual Liceu Carolina Michaëlis), também no Porto, até 1926. Na Universidade do Porto foram-lhe atribuídas as regências das cadeiras de Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã e de Gramática comparada das Línguas Germânicas, bem como dos Cursos Práticos de Inglês e de Alemão. Em 1921, o Governo nomeou-o professor ordinário, posição profissional convertida na de professor catedrático pela Reforma de 1926. Por decisão do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi-lhe atribuído o grau de Doutor em Letras – Filologia Germânica, a 19 de Abril de 1926 e nomeado seu segundo Bibliotecário, cargo que exerceu entre 23 de Outubro de 1929 a 2 de Abril de 1930. Eleito diretor da Faculdade – 3.º e último diretor – após o anúncio da extinção desta

³¹ Damião António Peres. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20damião%20antónio%20peres [acesso 10-6-2020].

³² Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20lúcio%20pinheiro%20dos%20santos [acesso 10-6-2020].

instituição, exerceu esse cargo entre 18 de Março de 1930 e 31 de Julho de 1931. Após 1928, Luiz Cardim manteve o exercício do magistério liceal em simultâneo com o cargo de secretário da Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Em 1932 pediu a aposentação, mas este pedido foi-lhe recusado. Não tendo voltado a leccionar após este facto, manteve-se no exercício de funções na carreira administrativa e prosseguiu a produção cultural e científica iniciada duas décadas antes³³.

E ainda Urbano Canuto Soares, (1896-[?]), que “durante o verão de 1919 foi convidado para assumir funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada nesse ano. O convite foi-lhe endereçado por Leonardo Coimbra, fundador dessa instituição e, na altura, Ministro da Instrução Pública. Até 1921 desempenhou funções como professor contratado do 1.º Grupo (Filologia Clássica) e mais tarde foi reconduzido pelo Governo no cargo de professor ordinário, convertido em professor catedrático após a Reforma de 1926. Manteve-se na Faculdade de Letras até ao seu encerramento”³⁴.

A par destes convites expressos de docentes, outros houve em que parece implícita a existência do empenho ou, pelo menos, da aceitação plena de Leonardo Coimbra. Terão sido os casos de:

Aarão Soeiro Moreira de Lacerda (1890-1947), apresentado, em estudo atrás referido, como membro da *Renasença Portuguesa*, foi discípulo, em Coimbra, do Professor Joaquim de Vasconcelos. Aceitou o convite para docente na FLUP, onde regeu as cadeiras de *Arqueologia* e *História Geral de Civilização* e, em 1918, fora um dos fundadores (com José Ferreira, Mendes Correia e Luís Viegas) da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia³⁵; e

Ángelo Pinto Ribeiro (1886-1936), claramente associado à *Renasença Portuguesa*, foi-lhe atribuído, por decisão do Conselho Escolar da 1.ª Faculdade de Letras, o grau de Doutor em Letras – Filologia Germânica a 19 de abril de 1926, tendo, ainda, desempenhado as funções administrativas de Secretário (1926-1930), de Bibliotecário (1930-1931) e de delegado junto do Senado Universitário (1931)³⁶.

³³ Luís Alfredo Pires Cardim. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20luiz%20alfredo%20pires%20cardim [acesso 10-6-2020].

³⁴ Urbano Canuto Soares. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20urbano%20canuto%20soares [acesso 10-6-2020].

³⁵ Aarão Soeiro Moreira de Lacerda. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20aarão%20de%20lacerda [acesso 10-6-2020].

³⁶ Ángelo Pinto Ribeiro. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20ângelo%20pinto%20ribeiro%20obra [acesso 10-6-2020].

As biografias que estamos a seguir como fonte para esta demonstração não explicam se houve interferência direta ou indireta na transferência da Faculdade de Ciências para a de Letras de António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960)³⁷, formado em Medicina e antropólogo, com obra que se tornou bem conhecida e controversa, o qual deve ter influído no ingresso de seu cunhado Artur de Magalhães Basto (1894-1860), que regeu as cadeiras de *Geografia Colonial*, *Geografia Política e Económica*, *História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa*, *Paleografia e Diplomática*³⁸. Carecem, também, de melhor esclarecimento as contratações de Augusto Ferreira Nobre (1896-1930)³⁹, filho do Dr. Augusto Pereira Nobre (professor catedrático na Faculdade de Ciências do Porto, ministro da Instrução Pública e Reitor da Universidade do Porto) e sobrinho do poeta António Nobre, contratado para professor do 4.º Grupo (Ciências Históricas) e nomeado professor ordinário (mais tarde reconduzido como catedrático, após a promulgação do *Estatuto da Instrução Universitária*, em 1926), tendo regido as cadeiras de *História de Portugal*, *História Antiga* e *História Geral da Civilização*; de Hernâni António Cidade (1887-1975)⁴⁰, convidado como professor do 2.º Grupo (Filologia Românica), em 1919, nomeado Professor Ordinário pelo Governo e, mais tarde, ao abrigo do disposto no *Estatuto da Instrução Universitária*, de 1926, que ascendeu à categoria de Professor Catedrático, regendo as cadeiras de *Língua e Literatura Francesa*, *Língua e Literatura Portuguesa*, *Gramática Comparada das Línguas Românicas*, *História da Literatura Italiana*, *Filologia Românica*, *Filologia Portuguesa* e *História da Literatura Portuguesa*; de António Luiz Gomes (filho), 1898-1981⁴¹, filho do prestigiado republicano Dr. António Luís Gomes (Ministro da 1.ª República e Reitor da Universidade de Coimbra) e irmão do Dr. Ruy Luís

³⁷ António Augusto Esteves Mendes Correia. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20antónio%20mendes%20correia [acesso 10-6-2020].

³⁸ Artur de Magalhães Basto. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20artur%20de%20magalhães%20basto [acesso 10-6-2020].

³⁹ Augusto Ferreira Nobre. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20augusto%20nobre [acesso 10-6-2020].

⁴⁰ Hernâni António Cidade. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20hernâni%20antónio%20cidade [acesso 10-6-2020].

⁴¹ António Luís Gomes. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20antónio%20lu%C3%ADs%20gomes [acesso 10-6-2020].

Gomes (professor catedrático da Faculdade de Ciências do Porto e primeiro reitor desta Universidade no pós-revolução de abril); e de Francisco Forte de Faria Torrinha (1879-1955)⁴², que ingressou como Professor contratado do 1.º Grupo (Filologia Clássica) na 1.ª Faculdade de Letras do Porto, onde regeu as cadeiras de *Língua e Literatura Grega*, *Língua e Literatura Latina* e *Gramática Comparada do Grego e do Latim*, tendo sido nomeado pelo Governo como Professor Ordinário do mesmo Grupo (e, mais tarde, professor catedrático, ao abrigo da promulgação do *Estatuto da Instrução Universitária*, de 1926) e, no dia 19 de abril de 1926, o Conselho Escolar da Faculdade conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras – Filologia Clássica.

Sobre José Freitas de Bragança (1892-1982)⁴³, sabemos que ingressou na FLUP, por indicação de Hernâni Cidade e aí regeu a cadeira de *Latim Medieval e Bárbaro*, tendo solicitado para lecionar um curso de *Literatura Francesa Moderna*, mas este não chegou a concretizar-se; em inícios de 1925 esteve destacado em comissão de serviço no Ministério de Trabalho, tendo cessado o contrato, no final deste ano letivo, com a Faculdade, o qual não foi renovado, supostamente devido a divergências que manteve com o colega e “patrono” Hernâni Cidade.

Pelo exposto percebe-se a marca forte de Leonardo Coimbra na composição do corpo docente da Faculdade de Letras e mais funda e perene num punhado de discípulos que haveriam de perpetuar o Mestre formando uma “escola” de pensamento filosófico e cultural, desenvolvida ao longo do século XX, com destaque para Álvaro Ribeiro fundador da “Filosofia Portuguesa”. Ei-los:

- Álvaro de Carvalho de Sousa Ribeiro (1905-1981), filósofo e ensaísta⁴⁴;
- Armando Soeiro Moreira de Lacerda (1902-1984), fonetista e professor universitário⁴⁵;

⁴² Francisco Forte de Faria Torrinha. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20torrinha [acesso 10-6-2020].

⁴³ José Freitas de Bragança. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20jose%20freitas%20de%20braganca [acesso 10-6-2020].

⁴⁴ Álvaro de Carvalho de Sousa Ribeiro. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20alvaro%20ribeiro [acesso 10-6-2020].

⁴⁵ Armando Soeiro Moreira de Lacerda. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20armando%20soeiro%20moreira%20de%20lacerda%20obra [acesso 10-6-2020].

- Delfim Pinto dos Santos (1907-1966), professor universitário, filósofo e pedagogo⁴⁶;
- José Augusto de Sant’Anna Dionísio (1902-1981), professor liceal, filósofo e pedagogo⁴⁷;
- José Carlos de Araújo Marinho (1904-1975), professor liceal, filósofo e pedagogo⁴⁸;
- Eugénio Rodrigues Aresta, 1891-1956⁴⁹.

Pode-se, por isso, dizer que da primeira FLUP não sobrou pouco, na medida em que a semente gerou fruto... Um fruto possível pela articulação institucional de um movimento cívico e cultural com um instituto de formação superior que faltava no leque de áreas e cursos oferecido pela Universidade do Porto.

FECHO NÃO CONCLUSIVO

Chegados aqui, ganha maior força a evidência que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931) foi uma “fábrica” de “renascentes” e se esta “tese” nos parece hoje demasiado óbvia, não deixa de estranhar que não tenha sido mais amplamente explorada até agora. Por isso, urge, como prioridade e como contributo indispensável ao aprofundamento da História da FLUP, descobrir e analisar fontes documentais inéditas, testemunhos e todo o material que ainda jaz esquecido ou insuficientemente lido, de maneira a poder confirmar-se o nascimento da Faculdade como um corolário lógico e natural do projeto que desde seu início tinha na Universidade Popular um eixo regenerador importante e, por essa via, não seria estranho e muito menos antinatural expandir-se para o espaço universitário público.

⁴⁶ Delfim Pinto dos Santos. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20delfim%20pinto%20dos%20santos [acesso 10-6-2020].

⁴⁷ José Augusto de Sant’Anna Dionísio. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=18363 [acesso 10-6-2020].

⁴⁸ José Carlos de Araújo Marinho. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20josé%20carlos%20marinho [acesso 10-6-2020].

⁴⁹ Eugénio Rodrigues Aresta. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20eugénio%20rodrigues%20aresta [acesso 10-6-2020].